

AFONSO V, D. (1432-1481)

D. Afonso V nasceu em Sintra, a 15 de Janeiro de 1432 e morreu na mesma vila, a 28 de Agosto de 1481. Subiu ao trono, a 13 de Setembro de 1438. Tinha então seis anos, pelo que o governo do reino foi desempenhado por uma regência, inicialmente partilhada entre a rainha viúva, o duque de Coimbra e o conde de Arraiolos. Depois, entre 1440 e 1448, a regência coube apenas ao infante D. Pedro, tio do monarca. D. Afonso V casou em 1445 com D. Isabel (1432-1455), sua prima co-irmã, filha de D. Pedro.

D. Afonso V foi o primeiro monarca a delinear uma política global para a Expansão, beneficiando das decisões políticas tomadas por D. Pedro enquanto regente. A 22 de Setembro de 1443, a Coroa concedera o monopólio das viagens a Sul do Bojador ao infante D. Henrique, a título vitalício. Satisfazia, assim, os interesses pessoais do duque de Viseu e assegurava o futuro controlo directo do oceano, de que já se arrogava proprietária por via do simples facto de conceder a sua exploração a um súbdito. Após o falecimento de D. Henrique, a 13 de Novembro de 1460, D. Afonso V conservou na sua posse o exclusivo do comércio ultramarino. O rei não esperara, aliás, pela morte do tio para começar a avaliar os mercados africanos, pois em 1453, por exemplo, enviou uma frota de reconhecimento às águas da Guiné. Em 1457 voltou a interferir na área de exclusivo henriquino ao doar a seu irmão, quaisquer ilhas que seus navegadores encontrassem nas águas do Atlântico. Esta doação de ilhas por descobrir, inseria-se na política de afirmação da hegemonia portuguesa sobre o oceano. Portugal reclamava o direito de posse de qualquer território existente no Atlântico; no tempo de D. Afonso V, e até ao tratado de Tordesilhas, a coroa portuguesa encarou o Oceano como um verdadeiro “mare nostrum”. Beneficiava, para isso, do apoio da Santa Sé, consubstanciado nas bulas que reconheciam esse direito, desde a Romanus Pontifex, de 1455.

A partir de 1474, D. Afonso V associou seu herdeiro à governação, começando por lhe confiar os negócios ultramarinos. Por esta altura agonizava Henrique IV, rei de Castela, e renunciava-se a luta pela sucessão; D. Afonso V tomou o partido de sua sobrinha, D. Joana, contra Isabel, a irmã do rei. O conflito luso-castelhano decorreu entre 1475 e 1479 e terminou com a vitória do partido de Isabel em Castela, mas simultaneamente com o triunfo português no Oceano, pois no rescaldo da guerra, a monarquia castelhana contentou-se com a posse das Canárias e deixou o domínio do oceano para a coroa portuguesa, o que foi consagrado no tratado de Alcáçovas-Toledo (1479-1480).

D. Afonso V faleceu pouco depois. Deixou a seu filho um legado extraordinário, muitas vezes mal avaliado: se é certo que a coroa tinha dívidas resultantes do esforço de guerra e que o monarca dispersara muito património pela fidalguia, em contrapartida deixava seu herdeiro com o controlo de duas ordens militares (Santiago e Avis) e com o domínio absoluto do oceano e do seu trato. E aos negócios altamente lucrativos dos escravos e dos objectos e animais exóticos, juntara-se, desde 1471, o arquipélago de São Tomé e Príncipe e, sobretudo, o ouro da Mina – uma fonte de riqueza que pareceu inesgotável durante décadas e que muito contribuiu para as políticas centralizadoras de D. João II e de D. Manuel I. Pela sua política ultramarina, D. Afonso V criara as condições para que a aventura iniciada pelo infante D.

Henrique não fosse interrompida, possibilitara a consolidação do domínio da costa pelo controlo das ilhas, e permitira a descoberta de uma extraordinária fonte de ouro.

Autor: João Paulo Oliveira e Costa

Esta biografia pertence à Enciclopédia virtual da expansão (CHAM)

<http://www.fch.unl.pt/cham/eve/#>, que por questão técnica neste momento não se encontra disponível.

Bibliografia:

COSTA, João Paulo Oliveira e, "D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II", in *Mare Liberum*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, nº 17, 1999, pp. 39-71. Idem, "Doações régias no Atlântico quatrocentista"; in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Nos 550 anos do descobrimento das Flores e do Corvo*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, pp. 493-506. Idem, *D. Manuel I, um príncipe do Renascimento*, Lisboa, Temas & Debates, 2007, pp. 42-70. GOMES, Saul, *D. Afonso V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.